

Notícias Sindicais, 26/06/14

Portal da CUT

Cemig e terceirizada devem restituir R\$670 mil ao INSS

25/06/2014

Justiça julgou empresas responsáveis por acidente que resultou na morte de um trabalhador

Escrito por: Sindieletro-MG

A Cemig e a Setap Construções foram condenadas a restituir R\$ 670 mil aos cofres públicos. A Advocacia-Geral da União (AGU) comprovou, na Justiça, que as empresas foram responsáveis pelo acidente que resultou na morte de um trabalhador atropelado durante a troca de postes e agora terão que repor os valores gastos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com a pensão por morte aos familiares da vítima.

A Procuradoria-Seccional Federal em Uberlândia/MG (PSF/Uberlândia) e a Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto (PFE/INSS) explicaram que o trabalhador morreu atropelado ao tentar escapar da queda do poste de distribuição de energia elétrica que estava sendo trocado. De acordo com os procuradores, as empresas responsáveis pelo serviço foram omissas com as normas de segurança e higiene do trabalho.

As unidades da AGU apontaram que a Cemig e a Setap interditaram somente metade da Avenida Paulo Roberto Cunha Santos para a realização do serviço e o correto seria que tivessem feito a interdição total da via pública para garantir a integridade dos trabalhadores durante a reparação da rede urbana de transmissão de energia elétrica. Os procuradores informaram que esta medida seria necessária já que havia o risco de queda do poste pelo avançado estado de deterioração.

As procuradorias apontaram, ainda, que o laudo de investigação do acidente feito pela Secretaria Regional do Trabalho em Minas Gerais apontou que várias causas contribuíram para o acidente, dentre elas ausência de um caminho seguro de fuga em caso de imprevistos durante a execução dos serviços, o planejamento inadequado para a execução da tarefa, a falha na detecção de riscos e o início das atividades sem prévia autorização do órgão público competente.

A 1ª Vara da Subseção Judiciária de Uberlândia concordou com os argumentos apresentados pela AGU e condenou solidariamente as duas empresas a ressarcirem a autarquia previdenciária por todas as parcelas já pagas e as que ainda serão pagas a título de pensão por morte, corrigidas monetariamente e acrescidas de juros de mora.

Portal da CUT

Conselho de Política Energética confirma contratação direta da Petrobrás para explorar excedentes do pré sal

25/06/2014

Para FUP, decisão reafirma a soberania nacional, beneficia o país, os trabalhadores e a Petrobrás

Escrito por: FUP

Nesta terça-feira (24), o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), aprovou a contratação direta da Petrobrás para produzir os volumes excedentes do processo de cessão onerosa de petróleo, gás natural e hidrocarbonetos fluidos, de quatro áreas do pré-sal em Búzios, no Entorno de Iara, Florim e Nordeste de Lula.

A contratação direta da Petrobrás será sob o regime de partilha de produção, dos volumes que ultrapassem os limites contratados sob o regime de cessão onerosa. Os contratos de partilha de produção para estas quatro áreas terão vigência de 35 anos e, os volumes a serem produzidos, foram estimados entre 10 e 14 bilhões de barris de óleo equivalente.

O regime de partilha, que possibilita a Petrobrás ser a operadora única do pré-sal, foi aprovado pelo Senado em 2010 e, sancionado pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no mesmo ano.

Certamente, a última greve os petroleiros, organizada pela FUP e seus sindicatos, em outubro de 2013 e, toda a luta da categoria e movimentos sociais pela Petrobrás 100% estatal, refletem na decisão anunciada hoje pelo CNPE, fato que reafirma a soberania nacional, beneficia o país, os trabalhadores e a maior empresa do Brasil, que é a Petrobrás.

Portal da CUT

ES: Portuários do TVV entram em nova greve nesta quarta-feira (25)

25/06/2014

Trabalhadores portuários do Terminal Vila Velha não aceitam contraproposta de empresa e partem para nova greve. Eles querem ganho real de 2% e reajuste no tíquete alimentação.

Escrito por: CUT/ES - Edilson Lenk

Os portuários do Terminal Vila Velha (TVV) cruzam os braços a partir desta quarta-feira (25). O TVV não cedeu nas negociações e a categoria decidiu partir para nova greve, a fim de ter seus direitos respeitados. O movimento começa às 19 horas de quarta-feira, dia 25, e termina às 19 horas de sábado. A decisão foi tomada em assembleia, realizada no dia 20 de junho, após a última paralisação de 48 horas no terminal (dias 17 e 18). Os portuários rejeitaram a proposta apresentada pela empresa, em reunião durante a greve, por entender que não houve avanço nas negociações.

O que querem os trabalhadores:

- 2% de ganho real, sendo aplicado 1% em 01/03/2014 e 1% em 01/09/2014 retroativo a 1º de março;

- Tíquete-alimentação de R\$ 420,00;

- Tíquete-alimentação no mês de dezembro no valor R\$ 1.000,00.

Não custa lembrar que o TVV teve um lucro líquido de R\$ 20 milhões somente no primeiro trimestre deste ano. Será que é tão difícil assim compreender que os trabalhadores também são responsáveis por esse lucro e, portanto, também merecem sua fatia no bolo? O que são 2% de ganho real diante de R\$ 20 milhões, considerando que na discussão da participação dos lucros também não tem havido esse reconhecimento? Se o terminal portuário continuar nesse ritmo, vai ultrapassar os R\$ 80 milhões neste ano, levando em conta que o primeiro trimestre geralmente não é tão bom quanto os demais meses do ano, por conta de renovações de contratos, entre outros.

A luta está convocada. Os portuários devem preparar seu espírito de luta e defender o que é seu! A CUT-ES deseja sucesso aos companheiros em greve e se coloca à disposição para o que se fizer necessário.

Portal da CUT

IndustriALL deve estar na vanguarda da representação da mulher

25/06/2014

CNTV-CUT participa da reunião do Comitê da Mulher, que acontece esta semana em Genebra e discute a cota de 40% de mulheres em todas as instâncias do sindicato global IndustriALL

Escrito por: CNTV CUT

"Estamos desenvolvendo uma nova organização baseada na igualdade", afirmou a brasileira Monica Veloso, da CNTM, uma afiliada do sindicato global, presente à reunião do Comitê da Mulher do IndustriALL que acontece esta semana em Genebra, Suíça. Monica destacou, no plenário, que a entidade tem a oportunidade de apresentar uma visão pioneira em relação à representação das mulheres. O Secretário-Geral, Jyrki Raina, concorda: "IndustriALL foi fundada há apenas dois anos. As mudanças têm que começar em nível nacional, mas em nível global podemos dar um bom impulso".

"Temos de dar o exemplo, garantindo que as mulheres sejam adequadamente representadas em todas as instâncias do sindicato global IndustriALL. Devemos inspirar nossos afiliados, demonstrando que é possível atingir esse nível de tomada de decisão, com a cota de participação das mulheres de 40%, como eles já demonstraram em muitas das nossas organizações-membro", afirmou Monika Kemperle, Secretária-Geral Adjunto do IndustriALL.

O extenso debate sobre cotas surgiu a partir de duas recentes conferências regionais (América Latina e Caribe e Ásia-Pacífico), nas quais os participantes adotaram uma resolução a favor de ter uma cota de 40% na representação de mulheres em todas as instâncias do IndustriALL. Isto aplica-se ao Congresso, ao Comitê Executivo, Presidência/Vice, Secretaria-Geral e Secretarias Gerais Adjuntas.

Apesar de alguns membros expressarem dúvidas sobre a viabilidade de obtenção de uma representação de 40%, alguns exemplos positivos de experiências sindicais estão acontecendo.

Os delegados presentes foram informados que em recente conferência de mulheres da CNQ-CUT, ramo químico da CUT, no Brasil, foi aprovado uma reivindicação a ser levado aos empregados de que 30% dos novos empregos sejam reservados a mulheres.

Brigitte Capelle, do FO, sindicato dos metalúrgicos franceses, disse que os relatórios de empresas francesas passaram a incluir números de mulheres no recrutamento e desenvolvimento profissional, o que permite aos sindicatos analisar os obstáculos à progressão na carreira das mulheres. Eles descobriram que há muitas mulheres em algumas áreas e não há trabalhadoras suficientes em outros tipos de trabalho.

Portal da CUT

Servidores da UnB suspendem greve, mas mantêm mobilização

25/06/2014

Categoria seguirá lutando pelas pautas de reivindicação locais, principalmente a jornada de trabalho de 30 horas semanais

Escrito por: CUT-DF

Reunidos em assembleia nesta terça-feira (24), os servidores técnico-administrativos da UnB deliberaram pela suspensão da greve que durou 99 dias. A decisão foi tomada após o Superior Tribunal de Justiça – STJ ter determinado, em liminar, a volta dos trabalhos de todas as universidades públicas federais do Brasil, com multa diária de R\$ 200 mil para os sindicatos que não cumprirem a determinação. Apesar de retornarem normalmente às atividades nesta quarta-feira, dia 25, os servidores da UnB decidiram durante a assembleia que manterão a mobilização e não abrirão mão das pautas de reivindicação locais, principalmente da jornada de trabalho de 30 horas semanais.

“Quem quer chegar a algum lugar, escolhe o jeito certo de caminhar. Nós saímos da greve, mas não abandonamos luta. Vamos continuar mobilizados e, caso o Consuni (Conselho Universitário da UnB – órgão de deliberação da Universidade) não avance na pauta da jornada de 30 horas, podemos deflagrar greve local”, afirma o coordenador-geral do Sintfub, Mauro Mendes.

O advogado do Sintfub, Valmir Floriano, informou à categoria de que a iniciativa de ajuizar a greve dos técnico-administrativos de todo o Brasil foi do Ministério da Educação – MEC, com argumentações de abusividade e ilegalidade feitas pela Advocacia Geral da União – AGU. “Nenhum reitor levou a greve à Justiça. Ou seja, houve desrespeito à autonomia universitária; o MEC passou por cima dela. Vamos recorrer da decisão pedindo, no mínimo, um percentual menor de retorno dos trabalhos, pois, dessa forma, está se negando o legítimo direito de greve dos servidores”, explica o advogado do Sindicato.

Além do fim da greve, os servidores técnico-administrativos da UnB também decidiram durante a assembleia desta terça-feira formalizar o Fórum Democrático da comunidade universitária, com representação do Sintfub, docentes e estudantes; lançar moção de apoio à Fasubra e aos trabalhadores que apoiaram a greve; combater a ideia de flexibilização da jornada de trabalho de 8 horas diárias; lançar moção de repúdio à demissão de cerca de 150 trabalhadores terceirizados da UnB.

Portal da CUT

Trabalhadores da Cagepa realizam ato público na Praça da Bandeira, em Campina Grande, nesta quinta (26)

25/06/2014

Em greve por tempo indeterminado, categoria vai às ruas alertar a sociedade sobre o sucateamento da Cagepa e descaso da atual gestão

Escrito por: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas da Paraíba - Stiupb

Os trabalhadores da Cagepa, que estão em greve por tempo indeterminado desde o último dia 16 em todo o Estado (exceto João Pessoa), realizarão um ato público na manhã desta quinta-feira (26), na Praça da Bandeira, em Campina Grande. A mobilização é organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas da Paraíba.

O ato público na Praça da Bandeira começará às 9h e terá como objetivo alertar a sociedade sobre o sucateamento e o descaso que a Cagepa vem sofrendo e como a atual gestão da Cagepa tem tratado a categoria. O ato contará com apoio de entidades sindicais.

Durante o período noturno haverá uma panfletagem no Parque do Povo, local onde ocorre o “Maior São João do Mundo”. Já na sexta-feira (27), a categoria realizará uma manifestação em frente a sede da Cagepa em João Pessoa.

Greve continua

Desde o último dia 16, mais de dois mil trabalhadores da Cagepa estão de braços cruzados em todo o Estado. A categoria reivindica reajuste salarial de 15%, aumento de 27% no ticket alimentação e melhores condições de trabalho.

Portal da CTB

Ecetistas do RJ, SP e RN promovem paralisação de 24h nesta quarta

Em assembleias realizadas na noite da última terça-feira (24), trabalhadores dos Correios e Telégrafos de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte, filiados à Findect (Federação Interestadual de Sindicatos dos Correios e Telégrafos) decidiram por unanimidade cruzar os braços por 24h nesta quarta-feira (25).

Na opinião dos sindicalistas, as assembleias deram mais um grande passo na mobilização dos ecetistas para a campanha salarial. A categoria mostrou firmeza diante das grandes ações da empresa para esvaziar a assembleia.

Segundo Marcos Sant’Águida, diretor jurídico do Sintect-RJ, a mobilização enfrentou grande pressão da empresa para não acontecer. “A categoria está se mobilizando, vamos fazer um grande

ato nesta quarta, e continuar mobilizando para fazer a campanha salarial para garantir o ganho real,” comenta o diretor.

Os dirigentes do Sintect-SP alertam que a paralisação é necessária, pois mesmo após diversas tentativas de negociação junto à empresa, inclusive com a mediação do SRTE, a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) não demonstrou compromisso com as nossas reivindicações. “Esta paralisação servirá para dar aos intransigentes diretores da empresa uma amostra de nossa força de mobilização, e do que virá pela frente nas negociações da campanha salarial deste ano”, destacou Elias Cesário, o Diviza, presidente do Sintect.

Nesta quarta-feira (25), os trabalhadores realizam uma passeata em protesto contra a ECT a partir das 09h. A concentração acontecerá na Rua Martins Fontes, nº 109, em frente ao prédio do SRTE no centro de SP, seguindo em direção à Praça do Correio, onde fica a Agência Central no Vale do Anhangabaú.

Principais reivindicações:

- PLR digna;
- Medidas contra os assaltos;
- Cancelamento de SD nas unidades;
- Cancelamento das SIDs aplicadas por ter trazido resto;
- Pelo fim do GR, dobras e excesso de horas extras

Portal CTB com Sintects

Agência Brasil, 26/06/14

Funcionários dos Correios iniciam paralisação em São Paulo

Fernanda Cruz - Repórter da Agência Brasil Edição: Valéria Aguiar

Os funcionários dos Correios em São Paulo aprovaram uma paralisação de 24 horas, em assembleia realizada no Sindicato dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios Telégrafos e Similares de São Paulo às 19h de ontem (24). Os empregados decidiram parar as atividades desde as 22h de ontem até a meia-noite de hoje (25).

Os trabalhadores reivindicam a ampliação das escoltas armadas para acompanhar o trabalho em regiões de risco, o fim da exigência de realização de horas extras e a extinção do atual Sistema Distribuição de Encomendas. Para os empregados, o sistema tem gerado sobrecarga de trabalho.

Segundo Edilson Pereira, um dos diretores do sindicato, esta sobrecarga não permite que os carteiros consigam terminar o serviço ao fim do dia. “A empresa não quer que volte [com sobras de encomendas], não interessa a limitação física e de horário. A justificativa não é considerada e a empresa pune com advertência e suspensão”, declarou.

Os funcionários fazem uma passeata pelo centro da capital paulista, com concentração às 9h na Rua Martins Fontes, em frente ao prédio da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo, onde às 10h, representantes do sindicato se reúnem com a empresa e com o superintendente, Luiz Antonio Medeiros, para tentar uma conciliação. Depois, eles seguem em caminhada até a Praça do Correio, no Vale do Anhangabaú.

“Estamos confiantes num retorno positivo, até mesmo porque, caso [a empresa] não atenda às reivindicações, sinalizará que não está preocupada com o verdadeiro trabalhador, sofrendo com o descaso. Vamos lutar em defesa dos nossos direitos e cobrar um posicionamento”, disse Edilson.

Procurados pela *Agência Brasil*, os Correios ainda não se manifestaram.

Agência Brasil, 26/06/14

Entidades pedem dois vetos no PNE

Mariana Tokarnia - Repórter da Agência Brasil Edição: Graça Adjuto

Entidades que atuam no setor educacional reivindicam o veto de dois trechos do Plano Nacional de Educação (PNE). Em carta à presidenta Dilma Rousseff, pedem que seja excluída do PNE a destinação de parte dos 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para programas desenvolvidos em parceria com instituições privadas e a bonificação às escolas que melhorarem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

O PNE tem prazo até hoje (25) para ser sancionado pela presidenta Dilma Rousseff. O plano estabelece 20 metas para serem cumpridas ao longo dos próximos dez anos. As metas vão desde a educação infantil até o ensino superior, passam pela gestão e pelo financiamento do setor, assim como pela formação dos profissionais. Entre as metas está a destinação anual de no mínimo 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação, no prazo de uma década. Atualmente são investidos 6,4%.

As entidades pedem o veto ao Parágrafo 4º do Artigo 5º, que inclui na conta dos 10% programas como o Universidade para Todos (ProUni) e o Ciência sem Fronteiras, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

(Pronatec). As entidades defendem que o investimento seja feito em escolas e universidades públicas. Pelas contas apresentadas na Câmara dos Deputados durante a tramitação do PNE, esses programas equivalem a 0,5% do PIB. A estimativa é que em dez anos alcancem 2% em financiamentos e isenções.

Também pedem a retirada da estratégia 7.36, incluída pelo Senado Federal, que estabelece políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no Ideb, "de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar", como consta no texto encaminhado para sanção.

Segundo a carta à Presidência, "tal medida tende a agravar a situação dos estudantes que necessitam de mais investimentos do Estado, bem como dos profissionais que serão alvo de políticas de bonificação, contrariando a perspectiva de valorização dos planos de carreira com base no piso salarial nacional".

A secretária-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Marta Vanelli, diz que essa medida é "muito ruim para qualquer processo educacional". "Tem que ter boas condições no processo ensino-aprendizado em todas as escolas, seja as de centros urbanos ou áreas agrícolas. Quando há condições iguais para todas as escolas, não precisa de ranqueamento, o que se tem que perseguir cada vez mais é a qualidade", lembra.

A campanha "Veta, Dilma!" é coordenada pela CNTE e apoiada por entidades como a Ação Educativa, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e a Central Única dos Trabalhadores.

Portal Mundo Sindical

Subcomissão da CCJ vai analisar projetos de interesse dos trabalhadores

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados instalará, no próximo dia 2 de julho, uma subcomissão para analisar cerca de 180 projetos de interesse dos trabalhadores. A partir de uma agenda legislativa das centrais sindicais, serão selecionados os projetos mais urgentes.

Uma pauta unificada de reivindicações foi divulgada recentemente pelo Fórum Sindical dos Trabalhadores, entidade que reúne confederações e sindicatos de diversas categorias profissionais. A pauta consta de um boletim que está sendo distribuído em aeroportos, rodoviárias, estações de metrô e hotéis em todas as cidades-sede da Copa do Mundo.

Os trabalhadores levantam antigas bandeiras, como a redução jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução de salário; a correção da tabela do Imposto de Renda; e o fim do fator previdenciário (reduzidor dos benefícios para quem se aposenta por tempo de serviço). Eles querem pressionar o Congresso a votar essas propostas.

Empresas estrangeiras

O coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, Lourenço Prado, disse que o boletim serve para divulgar as reivindicações e, ainda, denunciar a atuação de empresas estrangeiras no País. "No Brasil, há diversas empresas oriundas dos países que estão participando da Copa que, aqui, deixam de respeitar os direitos trabalhistas, deixam de cumprir as convenções coletivas", afirmou.

Por esse motivo, os boletins informativos também estão sendo distribuídos em inglês e em espanhol. "É apropriado fazer essa denúncia quando estão presentes representantes desses países", disse Lourenço Prado.

Redução da jornada

Uma comissão geral realizada em maio debateu, no Plenário da Câmara, as principais reivindicações da classe trabalhadora. Deputados de vários partidos se comprometeram a apoiar as iniciativas.

Entre os temas reivindicados, o presidente da CCJ, deputado Vicente Candido (PT-SP), citou a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais. "É uma demanda muito simbólica, muito forte para as centrais sindicais. Não é fácil neste momento do chamado pleno emprego, mas eu creio que, talvez com uma estratégia mais refinada, mais elaborada, com um pouco mais de conversas e presenças no Parlamento, é possível que, até o final do ano, entre na pauta", afirmou.

Fonte: Agência Câmara - 25/06/2014

Portal Mundo Sindical

Rio de Janeiro: Rede Globo ignora mesa redonda com o Sindicato; Lance! Comparece

Apesar de notificada por ofício, a Rede Globo ignorou convite do Ministério do Trabalho e não compareceu à mesa redonda que seria realizada na manhã desta segunda-feira (23/06). A mesa foi solicitada pelo Sindicato diante da demora da emissora em apresentar soluções para violações de direitos trabalhistas, como a redução drástica nos salários de mais de uma centena de jornalistas, suspeitas de falhas no controle de ponto, com a realização de horas extras não pagas, desrespeito

em relação as condições para gozo da hora de almoço/ descanso no meio da jornada, jornadas estendidas de mais de sete dias, com até mais de dez dias, falhas na compensação em folgas pelos domingos trabalhados e queixas de assédio moral. A mesa redonda foi remarcada para o dia 14 de julho.

Já o jornal Lance! enviou representantes dos setores de RH e Jurídico para mesa redonda que também ocorreu nesta manhã na sede da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Rio, no Centro. A empresa se comprometeu a apresentar, em até 45 dias, respostas para denúncias de falha no controle de ponto, horas extras não pagas, jornadas estendidas por até 11 dias, falta de equipamentos de segurança, exploração de mão de obra de estagiário, não pagamento de adicional noturno, entre outras. Os representantes do Lance! também prometeram apresentar a lista de todos os jornalistas ativos e dos demitidos em 2013 e 2014 para o cálculo do PLR, que não foi pago aos profissionais e acerca do qual negocia-se um acordo. Uma nova mesa redonda ficou marcada para 11/8, às 9h.

Fonte: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro - 25/06/2014

Portal Mundo Sindical

Trabalhadores da Hubner receberão R\$ 5.800 na primeira parcela da PLR

Os metalúrgicos da Hubner, de Caçapava, aprovaram em assembleias realizadas nos dois turnos da fábrica, no último dia 18, o valor da primeira parcela da PLR, no valor de R\$ 5.867.

A segunda parcela está atrelada a metas de produção e o valor pode ser superior ao da primeira. A Hubner tem cerca de 100 operários que produzem sanfonas para ônibus, trens e aviões.

Zona sul

A luta por PLR continua em outras fábricas da região. Na Zona Sul, há uma nova rodada de negociação com a Assecre (associação de empresários da região) marcada para o dia 27.

Enquanto os acordos não forem fechados, os trabalhadores permanecerão exigindo que as empresas aumentem suas propostas. Nas negociações ocorridas até semana passada, as empresas tiveram a cara de pau de apresentarem valores semelhantes aos do ano passado.

Esta semana, o Sindicato realiza assembleias nas fábricas da região para que os trabalhadores decidam os próximos passos da Campanha de PLR.

"As propostas apresentadas pelas empresas estão muito abaixo do esperado pela categoria. Os metalúrgicos estão dando duro na produção e exigem sua parte nos lucros das empresas. Agora é vai ou racha", afirma o diretor do Sindicato Ademir Tavares da Paixão.

Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos - 25/06/2014

Portal Mundo Sindical

Sindpd: Dissídio de greve será julgado pelo TRT na próxima segunda-feira (30)

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) agendou o julgamento do dissídio coletivo dos trabalhadores de TI para a próxima segunda-feira, 30 de junho, às 13h30.

À espera do julgamento do TRT, o Sindpd não mediu esforços e conquistou vitórias emblemáticas junto à categoria. Foram mais de 500 Acordos Coletivos de Trabalho (ACT) fechados diretamente com as empresas de TI do estado. Esses ACTs beneficiaram milhares de empregados com reajuste de 7,5% nos salários, 8% nos pisos, VR de R\$15; obrigatoriedade de apresentação de proposta de PLR, com a participação da comissão de empregados; além da manutenção das demais cláusulas econômicas e sociais do acordo anterior.

"Com esses mais de 500 acordos assinados conseguimos provar que o sindicato patronal estava errado quando dizia que as empresas de TI não poderiam arcar com melhores salários e benefícios para os trabalhadores", disse o presidente do Sindpd, Antonio Neto. O presidente ainda falou que o cenário é favorável ao trabalhador, que vive a expectativa de mais uma conquista.

Fonte: Sindpd - 25/06/2014

Portal Mundo Sindical

Pesquisa mostra que bancos cortaram 3.283 empregos de janeiro a maio

Os bancos fecharam 3.283 empregos de janeiro a maio de 2014. Enquanto os bancos privados e o Banco do Brasil cortaram postos de trabalho, a Caixa Econômica Federal abriu 1.433 novas vagas no mesmo período, o que evitou um resultado ainda pior para o setor, que é o mais lucrativo do País.

O corte de empregos nos bancos contraria o movimento da economia brasileira, que gerou 543.231 novos empregos formais nos primeiros cinco meses do ano.

Os dados constam na Pesquisa de Emprego Bancário (PEB) divulgada nesta quarta-feira (25) pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), que faz o estudo

em parceria com o Dieese, com base nos números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Conforme o estudo, além da redução de vagas, a rotatividade seguiu alta no período. Os bancos brasileiros contrataram 14.031 funcionários e desligaram 17.314.

Um total de 17 estados apresentaram saldos negativos de emprego no período. Os maiores cortes ocorreram em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, com 1.560, 422, 398 e 323 cortes, respectivamente. O estado com maior saldo positivo foi o Pará, com geração de 121 novas vagas.

"Mesmo acumulando lucros bilionários, os bancos brasileiros, sobretudo os privados, continuam eliminando postos de trabalho em 2014, a exemplo dos últimos meses de 2013, o que não tem justificativa. No ano passado, os seis maiores bancos (BB, Itaú, Bradesco, Caixa, Santander e HSBC) lucraram R\$ 56,7 bilhões", afirma Carlos Cordeiro, presidente da Contraf-CUT.

Para ele, "banco que não gera empregos anda na contramão da economia do País, prejudica os bancários, piora o atendimento dos clientes e da população e não contribui para o crescimento com distribuição de renda".

Rotatividade derruba salários dos bancários

A pesquisa mostra também que o salário médio dos admitidos pelos bancos nos primeiros cinco meses do ano foi de R\$ 3.268,95 contra o salário médio de R\$ 5.188,23 dos desligados. Assim, os trabalhadores que entraram nos bancos receberam valor médio equivalente a 63% da remuneração dos que saíram.

"Os bancos privados seguem praticando a rotatividade, um instrumento perverso utilizado para reduzir a massa salarial da categoria e turbinar ainda mais os lucros", aponta o presidente da Contraf-CUT. "Nos últimos dez anos, os bancários conquistaram aumentos reais consecutivos, mas esses ganhos foram corroídos pela rotatividade, travando o crescimento da renda dos bancários", denuncia.

Para Cordeiro, "os números da nova pesquisa fortalecem cada vez mais a certeza dos bancários de ampliar a luta contra as demissões e pelo fim da rotatividade, por mais contratações e contra o PL 4330 da terceirização, como forma de proteger e ampliar o emprego da categoria e da classe trabalhadora". Ele salienta que "o emprego será uma das principais demandas da Campanha Nacional dos Bancários 2014, que já está sendo organizada em todo o País".

Desigualdade entre homens e mulheres

A pesquisa revela também que as mulheres, ainda que representem metade da categoria, permanecem sendo discriminadas pelos bancos na sua remuneração, ganhando menos do que os homens quando são contratadas. Essa desigualdade continua ao longo da carreira, pois a remuneração das mulheres é bem inferior à dos homens no momento em que são desligadas dos seus postos de trabalho.

Enquanto a média dos salários dos homens na admissão foi de R\$ 3.749,06 de janeiro a maio deste ano, a remuneração das mulheres ficou em R\$ 2.792,04, valor que representa 74,5% da remuneração de contratação dos homens.

Já a média dos salários dos homens no desligamento foi de R\$ 5.956,71 no período, enquanto a remuneração das mulheres foi de R\$ 4.371,98. Isso significa que o salário médio das mulheres no desligamento equivale a 73,4% da remuneração dos homens.

"Essa absurda discriminação é inaceitável e reforça ainda mais a luta da categoria por igualdade de oportunidades na contratação, na remuneração e na ascensão profissional", enfatiza Cordeiro.

Maior concentração de renda nos bancos

O presidente da Contraf-CUT salienta que "a pesquisa fortalece ainda a luta dos bancários por distribuição de renda". Enquanto no Brasil, os 10% mais ricos no país, segundo estudo do Dieese com base no Censo de 2010, têm renda média mensal 39 vezes maior que a dos 10% mais pobres, no sistema financeiro a concentração de renda é ainda maior.

No Itaú, cada membro do Conselho de Administração recebeu, em média, R\$ 15,5 milhões em 2013, o que representa 318,5 vezes o que ganhou o bancário do piso salarial. No Santander, cada diretor embolsou, em média, R\$ 7,7 milhões no mesmo período, o que significa 158,2 vezes o salário do caixa. E no Bradesco, que pagou, em média, R\$ 13 milhões no ano para cada diretor, a diferença para o salário do caixa foi de 270 vezes.

Desta forma, para ganhar a remuneração mensal de um desses executivos, o caixa do Itaú tem que trabalhar 26,5 anos, o caixa do Santander 13 anos e o do Bradesco 22,5 anos.

"Esse profundo abismo que separa os ganhos dos altos executivos e os salários dos bancários atenta contra a justiça social e a dignidade dos trabalhadores, bem como contribui para a vergonhosa posição do Brasil entre os 10 países mais desiguais do planeta", conclui Cordeiro.

Fonte: Secretaria de Imprensa- Contraf-CUT - 25/06/2014

Portal Mundo Sindical

Sindiquímicos no debate sobre NR1 saúde e segurança no trabalho

A Força Sindical, por meio da Secretária Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho realizou no dia 18 de junho, o primeiro debate sobre a Norma Regulamentadora nº 1 (NR1) que trata sobre a Prevenção em Saúde e Segurança no Trabalho.

O texto está disponível para consulta pública e a espera de contribuições até o 25 de setembro no portal.mte.gov.br/seg_sau/consultas-publicas.htm.

O Sindicato dos Químicos de Guarulhos e Região (Sindiquímicos) esteve representado pelo seu vice-presidente Antonio Cortez Moraes e pela assistente do departamento de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, Paulla Roberta.

"Neste encontro, nós representantes das entidades sindicais avaliamos a proposta, mas não chegamos a um consenso, por este motivo decidimos por promover uma ou duas oficinas no mês de julho com uma participação ampliada para estudarmos a proposta e apresentarmos nossas sugestões", conta Cortez.

Segundo Arnaldo Gonçalves, secretário da pasta, o papel da Central nas discussões que envolvem o tema são de fundamental importância. "Devemos nos preparar para apresentar sugestões de forma unitária que venham ao encontro dos interesses dos trabalhadores", disse Arnaldo.

Fonte: Troad Comunicação & Assessoria - 25/06/2014

ASOCIACIÓN NACIONAL DE EMPLEADOS PÚBLICOS Y PRIVADOS (ANEP) - COSTA RICA CENTRAL SOCIAL JUANITO MORA PORRAS (CSJMP)

La hegemonía política global de las transnacionales

Por Albino Vargas Barrantes, Secretario General

Rebanadas de Realidad - ANEP, San José, 24/06/14.- Hemos venido hablando sobre la cuestión del poder real que en estos momentos rige los destinos de la Humanidad, en términos de hegemonía política dominante a nivel planetario.

Es el poder de las empresas transnacionales, verdaderos imperios que bajo la lógica de una acumulación capitalista desenfrenada, congruente con los postulados del neoliberalismo, amenazan la existencia misma de toda la Humanidad.

Gracias a los profundos estudios que en la materia realiza el Transnational Institute (TNI), podemos tener información precisa acerca de la naturaleza del poder de las multinacionales en este siglo XXI.

El TNI es un centro de estudios, banco de datos y generación de pensamiento (o "think tank", en inglés), con sede en Washington, D. C.

El TNI genera análisis radicales y críticas sobre cuestiones globales candentes; forma alianzas con movimientos sociales; y, propone alternativas para un mundo más sostenible, justo y democrático".

El TNI, en su análisis anual 2014 sobre el "Estado del Poder" en el planeta, nos da impresionantes datos en esto de la hegemonía política global del imperio de las empresas multinacionales.

1) De las 100 mayores economías planetarias, 37 de ellas son corporaciones transnacionales; es decir, hay 37 multinacionales que son más poderosas que las economías de unos 160 países.

2) Los primeros 36 lugares de esas 100 grandes economías mundiales son países y solamente hay tres de la América Latina en este "selecto" grupo: Brasil, lugar 7; México, 14; y Argentina, 26. Cuatro corporaciones globales están en los lugares 28, 29, 30 y 31: Walmart, Royal Dutch Shell, Exxon Mobil y Sinopec-China Petroleum.

Es decir, estas cuatro multinacionales tienen, cada una, una economía más grande que el resto de los países de Latinoamérica; más grande que países como Sudáfrica, Dinamarca, Singapur, Nigeria, Egipto, Finlandia, Grecia, Portugal, Argelia, Qatar y Kuwait, entre otros.

3) Según ubicación por país de origen, de 200 gigantes corporaciones empresariales globales, tenemos que: El 86.5 % tiene su sede en el "primer mundo", el "mundo industrializado": Estados Unidos tiene 56; Japón, 28; China, 20; Reino Unido, 16; y Francia, 12.

Muchas de estas gigantes del empresariado global de signo neoliberal, enfrentan acusaciones severas por "crímenes corporativos", a juicio de importantes medios de prensa y de parte de observatorios ciudadanos.

Las violaciones de derechos humanos cometidas por empresas transnacionales serán objeto de una audiencia inaudita del Consejo de Derechos Humanos de la Organización de las Naciones Unidas (ONU), durante su 26º período de sesiones actualmente en desarrollo, en Ginebra.

Esto podría suponer un primer paso histórico hacia el fin de la impunidad de las empresas transnacionales. En una iniciativa sin precedentes, en septiembre de 2013, el Gobierno de Ecuador, junto con otros 84 países, presentó ante el CDH una declaración en la que propone un mecanismo jurídico vinculante sobre las actividades de las transnacionales.

Artículo publicado en Prensa Libre

Organizado por Ernesto Germano